

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 3 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-666-9 DOI 10.22533/at.ed.669192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte. No 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade e no 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
DESAFIOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	
Edilma de Jesus Louzeiro Cruz	
Erisvan Sales Oliveira	
Raimunda Nonata da Silva Machado	
DOI 10.22533/at.ed.6691927091	
CAPÍTULO 2	11
A EXPRESSIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - DESAFIOS DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE	
Regina Zanella Penteadó	
DOI 10.22533/at.ed.6691927092	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES DURANTE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	
Ana Luiza Sobrinha Silva Souza	
Emília Karla de Araújo Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6691927093	
CAPÍTULO 4	36
A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E À MODA DA POLÍTICA IDENTITÁRIA	
Emanuel Oliveira da Costa	
Emelinne Bezerra Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.6691927094	
CAPÍTULO 5	43
APROXIMAÇÕES ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E AS CIÊNCIAS HUMANAS BASEADAS NA BNCC: O LUGAR DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA ESCOLA	
Roberta Dall Agnese da Costa	
Ana Cláudia Reis de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6691927095	
CAPÍTULO 6	54
AS CONCEPÇÕES FORMATIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	
Consolação Linhares de Carvalho Coelho	
Antonia de Abreu Sousa	
Amarílio Gonçalves Coelho Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6691927096	

CAPÍTULO 7 64

ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DA SAÚDE:
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA ENFERMAGEM

Antonia de Fátima Zanchetta Serradilha
Elza de Fátima Ribeiro Higa
Dircelene Jussara Sperandio
Marli Terezinha Casamassimo Duarte
Vera Lucia Pamplona Tonete

DOI 10.22533/at.ed.6691927097

CAPÍTULO 8 77

CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA EDUCITEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
NO AMAZONAS

Wagner Gomes de Oliveira
Carolina Menandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6691927098

CAPÍTULO 9 88

“CRISE DA DOCÊNCIA” E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Izaque Pereira de Souza
Teresa Kazuko Teruya
Wellington Junior Jorge

DOI 10.22533/at.ed.6691927099

CAPÍTULO 10 98

DA TEORIA À PRÁTICA: UM OLHAR SOBRE AS VIVÊNCIAS EM UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Anderson Moisés Barbosa Souza Chagas

DOI 10.22533/at.ed.66919270910

CAPÍTULO 11 105

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO
CONTINUADOS DOS PROFESSORES

Ludimar Pegoraro
Arã Paraguassu Ribeiro
Rodrigo Regert
Kleber Prado Filho
Patrícia de Deus e Silva
Rosana Rachinski D`Agostini
Marissol Aparecida Zamboni
Fátima Noely da Silva
Eliane Baldo Fantinel
Marcelo Ricardo Colaço

DOI 10.22533/at.ed.66919270911

CAPÍTULO 12 117

É POSSÍVEL DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E HABILIDADES POR MEIO DE PRÁTICAS LÚDICAS? RELATO DE EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÃO DISCENTE DO CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Lucila Ludmila Paula Gutierrez
Alexsandro Ferreira Guimarães
Camila Silva Martins
Ana Gabriela Pericolo Nunes
Ana Paula Oliveira Barbosa
Paula Pillar Pinto
Marilene Porawski

DOI 10.22533/at.ed.66919270912

CAPÍTULO 13 125

FORMAÇÃO ACADÊMICA: RECONSTRUÇÃO, RESSIGNIFICAÇÃO OU RESGATE?

Juliana Alvares Duarte Bonini Campos

DOI 10.22533/at.ed.66919270913

CAPÍTULO 14 133

HORA-ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O TEMPO/ESPAÇO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Jessica Rautenberg
Rita Buzzi Rausch

DOI 10.22533/at.ed.66919270914

CAPÍTULO 15 141

O ALIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE, DISCENTE E COMUNIDADE

Terezinha Camargo Pompeo Vinha.
Marcia Reami Pechula

DOI 10.22533/at.ed.66919270915

CAPÍTULO 16 148

O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.66919270916

CAPÍTULO 17 157

O PARFOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS

Raul da Silveira Santos
Francisco Pereira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.66919270917

CAPÍTULO 18 168

O PROJETO INTEGRADOR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFPA

Robson de Sousa Feitosa
Vanderlei Antonio Stefanuto
Soraya Farias Aquino
Alessandra Ribeiro Duarte

DOI 10.22533/at.ed.66919270918

CAPÍTULO 19	181
OS NOVOS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES HUMANISTAS PARA A FORMAÇÃO DO JURISTA	
Pedro Henrique Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.66919270919	
CAPÍTULO 20	188
WORKSHOP DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Kelly Cristina Gavião Luchi	
DOI 10.22533/at.ed.66919270920	
PARTE 2 - EDUCAÇÃO E ARTE	
CAPÍTULO 21	195
(DESCONSTRUINDO) ESTEREÓTIPOS: NARRATIVAS EM TORNO DO ENSINO DA ARTE	
Mikael Miziescki	
Marcelo Feldhaus	
DOI 10.22533/at.ed.66919270921	
CAPÍTULO 22	207
10 EDIÇÕES DO <i>ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP</i> : O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PUBLICAÇÕES GERADAS PELAS COMUNICAÇÕES ORAIS	
Paulo Roberto Prado Constantino	
DOI 10.22533/at.ed.66919270922	
CAPÍTULO 23	215
EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: O MATERIAL DIDÁTICO DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE ARTE	
Aline Raquel Costa de Oliveira	
Cassiano de Almeida Barros	
Andreia Miranda Moraes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.66919270923	
CAPÍTULO 24	223
ENSINO DE ARTES: FRONTEIRAS ENTRE CURRÍCULO E PESQUISA DOCENTE	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
Deise Marins Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.66919270924	
CAPÍTULO 25	234
MÚSICA E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	
José Carlos Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.66919270925	

CAPÍTULO 26	243
O MATERIAL DIDÁTICO PARA BANDAS DE MÚSICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE USO Fernando Vieira da Cruz DOI 10.22533/at.ed.66919270926	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

DESAFIOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA/ FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL

Edilma de Jesus Louzeiro Cruz

UFMA, Pedagogia, São Luis-Maranhão

Erisvan Sales Oliveira

UFMA, Pedagogia, São Luis-Maranhão

Raimunda Nonata da Silva Machado

UFMA, Departamento de Educação II, São Luis-
Maranhão

RESUMO: Este artigo surgiu de inquietações acerca da gestão, em escolas de tempo integral, distribuída em três vertentes: **Gestão Pedagógica, Gestão Geral e Gestão Administrativo/Financeiro**. Utiliza como metodologia a pesquisa qualitativa com dados bibliográficos, documentais e empíricos sobre a gestão escolar. Discute os desafios enfrentados na Gestão Administrativa/Financeira, sua importância na obtenção de resultados satisfatórios do sistema escolar, modos de demonstrar transparência e eficiência no manuseio de recursos públicos, além de compreendê-la no contexto da educação integral, diante dos novos paradigmas impostos pela atual conjuntura social, política e econômica brasileira. Destaca autores/as como: Luck (2000), Moraes (1999), Cury (2007), Paro (2002), Maranhão (2014) e aportes legais, essenciais para subsidiarem a pesquisa. Mostra que a distribuição de três vertentes de gestão não é suficiente para construção de práticas de gestão

compartilhada/democrática. A descentralização ainda tem marcas isolacionistas, pois ambas necessitam ter uma visão única do processo educacional, em termos de concepção e práticas de gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação integral. Gestão Compartilhada. Gestão Administrativa Financeira

ADMINISTRATIVE/FINANCIAL

MANAGEMENT CHALLENGES IN FULL-TIME EDUCATION

ABSTRACT: This article arose from concerns about the management, full-time schools, distributed in three aspects: pedagogical management, general management and Administrative/Financial Management. Uses, such as qualitative research methodology with bibliographic data, documentary and empirical on the school management. Discusses the challenges faced in managing administrative/financial, your importance in obtaining satisfactory results of the school system, to demonstrate transparency and efficiency in the handling of public resources, in addition to understand it in the context of integral education, new paradigms imposed by before current social, political and economic conjuncture brazilian. Highlights authors/as: Luck (2000), Mathew (1999), Cury

(2007), Stop (2002), Maranhão (2014) and legal, essential contributions to assist the search. Shows that the distribution of three strands is not enough management for construction of shared/management practices. Decentralization has yet isolationist marks, because both need to have a single view of the educational process, in terms of design and management practices.

KEYWORDS: Integral education. Shared Management. Financial Administration

1 | INTRODUÇÃO

A instituição escolar é constituída a partir de um sistema educacional bastante complexo que abrange o desenvolvimento de atividades complementares e suplementares ao ensino formal dos conteúdos curriculares. Suas atividades são baseadas em conhecimentos, culturas, práticas sociais, valores, assim como as normas legais vigentes preestabelecidas. A escola é um sistema social resultante da pluralidade de agentes educativos como, professores, especialistas, diretor, alunos, funcionários, pais, dentre outros. Em meio a essas relações dar-se a transmissão de saberes sistematizados devidamente estruturados e compartilhados (FALCÃO F^o, 1992).

Nesse contexto a educação de tempo integral surge como nova organização de ensino no Maranhão, ampliando o tempo de permanência dos alunos na escola, buscando construir uma educação de qualidade. Destaca-se, também, identificando-se com formas de gestão escolar compartilhada, primando pela descentralização das atividades na organização da escola pública.

As escolas de tempo integral estão funcionando com a gestão escolar distribuída em três vertentes: **Gestão Pedagógica**, responsável pelas atividades fins que é o ensino/aprendizagem; **Gestão Geral**, que dirige e assegura a realização integral do trabalho escolar e a **Gestão Administrativo/Financeiro**, como atividade meio, organiza os processos burocráticos e os recursos destinados à instituição.

O presente artigo tem como objetivo discutir os desafios enfrentados na gestão administrativa/financeira, por compreender a importância do sistema organizacional que uma escola deve ter para obter resultados satisfatório.

A metodologia utilizada para embasar nossa pesquisa foi de natureza qualitativa, com base em dados bibliográficos, documentais e empíricos (de observações em pesquisa de campo).

O interesse sobre a Gestão Administrativa/Financeira surgiu das nossas observações no “Estágio em Gestão de Sistemas Educacionais e Instituições de Ensino Médio” Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com vivência em uma escola de Educação Integral, em São Luis, da Rede de Ensino Estadual Maranhense.

No campo de estágio, observamos a relevância da Gestão Administrativa/Financeira na implementação, aprimoramento e adequação desse novo tipo de

organização escolar, por meio do gerenciamento de todos os recursos financeiros fornecidos pelo governo para um bom desempenho da instituição.

Considerando que, na escola-campo, a vertente da Gestão Administrativa/Financeira é tomada como principal meio de sustentação das outras gestões: Geral e Pedagógica, esta se constitui como ponto de partida para reflexão das intercomunicações presentes entre estas três vertentes e seu desdobramento com alcance no todo da escola.

Dessa forma, foi possível compreendermos que, embora haja descentralização das gestões, ainda trabalham de forma isolada, sendo necessário que estas três gestões, consigam fortalecer seus vínculos e manter, em conjunto, uma única visão de concepção e práticas de gestão para que possam inserir todos os sujeitos escolares nesse novo contexto educacional maranhense.

Com o intuito de ampliar nossa compreensão sobre as potencialidades da Gestão Administrativa/Financeira, preconizamos tecer um olhar reflexivo sobre as raízes da Educação Integral.

2 | EDUCAÇÃO INTEGRAL E GESTÃO ESCOLAR

Apesar de ser um termo bastante usado nos meios de comunicação de massa, ao adentrarmos na escola que tem esse formato de educação, percebemos que existe ainda um desconhecimento desproporcional por parte da população maranhense no que tange a proposta dessa educação. Ocasionalmente, pelo que podemos constatar um grande número de desistência dos alunos, bem como o descontentamento daqueles que ainda permanecem nesta realidade.

O que vem a ser realmente a educação integral? Qual a sua proposta? Foi pensando em desvendar esses questionamentos que, tomamos por base, iniciativas de vários educadores, por meio da “Série Mais Educação”, cujo documento afirma que “têm sido formuladas concepções e práticas de Educação Integral alicerçadas na ampliação da jornada escolar, desde o início do século XX, visando à necessidade de reestruturar a escola para responder aos desafios de seu tempo histórico” (BRASIL, 2009).

A “Série Mais Educação” mostra o quanto o tema da educação integral é bastante discutido no cenário nacional, entre os órgãos governamentais e interinstitucionais que buscam consensos no que concerne às possibilidades de desenvolvimento da educação integral, já iniciadas com o Programa Mais Educação, conforme continua explicitando o referido documento:

Outro marco legal voltado para a implementação de ações direcionadas para a educação em tempo integral e que compõe as metas do PDE, constitui-se no **Programa Mais Educação**, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/07, que tem por objetivo fomentar a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades sócio-educativas, no contraturno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola. (BRASIL,

Embora concebemos que a Escola Integral tenha suas raízes nesse contexto, convém salientar que, considerando o ensino médio, cujo nível de ensino se reportam as nossas análises, não deixa de ter um caráter diferenciado no que se refere a finalidade da educação escolar, vinculada ao mundo do trabalho. Afinal, constatamos que, muitos jovens que ingressaram em escolas de tempo integral, objetivavam preparação para adentrarem no mercado de trabalho, já que muitos fazem parte de famílias de baixa renda.

O ideal de associar formação propedêutica e profissional, por meio da educação integral deve ser mais bem difundido na sociedade, principalmente, entre as comunidades escolares que utilizam desta perspectiva de organização escolar, no sentido de desfazer a dicotomia de que a educação integral é preparação imediata para o mercado de trabalho, pois, conforme definem as Diretrizes Curriculares do Estado do Maranhão:

Trabalhar o currículo em tempo integral possibilita uma abordagem mais qualitativa e interdisciplinar, na medida em que se podem fundir conhecimentos/conceitos educacionais, artísticos e culturais, de saúde, do mundo do trabalho, com vistas a uma visão mais abrangente do próprio ato de aprender.

A formação integral não se limita aos conteúdos escolares tradicionais, mas também não os renega e, junto a eles, procura outras formas de conhecer possibilidades de o aluno se encontrar como ser humano no mundo que o cerca, como cidadão na sociedade e como profissional no mundo do trabalho. (MARANHÃO, 2014, p. 17)

Nesse documento é possível entender que não se trata de uma realidade só maranhense, mas nacional. Hoje, o Estado maranhense conta com 11(onze) centros de educação integral, sendo que, 3 (três) destes se encontram na capital. Estes centros estão sob a Gestão do Programa de Educação Integral (PROEIN) da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC/MA), cujos técnicos informam, em reuniões pedagógicas nas escolas, que a meta é alcançar 18 centros em todo o estado maranhense em 2018. Além de que o “secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão, destaca que no início da gestão do governador Flávio Dino, a rede estadual de ensino possuía somente um centro de educação integral em funcionamento e agora serão 18 centros” (SEDUC, 2017).

Como podemos constatar, trata-se de uma meta, também, já prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), conforme expressa o próprio documento de Diretrizes da Educação da SEDUC:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê, no seu Art. 34, a ampliação progressiva do tempo de permanência na escola. O Plano Nacional de Educação estabelece em sua meta de nº 6 oferecer educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da Educação Básica. (MARANHÃO, 2014, p. 17)

Diante do exposto, depreende-se ser uma predileção nacional, com forte adesão

do governo estadual, por essa educação, ainda, numa realidade educacional latente, como já foi exposto anteriormente. Acreditamos ser, a educação integral, um grande desafio para a gestão escolar, mesmo para gestores com grandes experiências no campo da gestão de escolas regulares.

A escola é uma instituição pública que se distingue das demais por disponibilizar o ensino sistematizado como um bem público. Nesse sentido, a gestão democrática tem um papel fundamental no que diz respeito à organização escolar, visto que pode construir o desenvolvimento organizacional de toda a escola de modo compartilhado. Esse tipo de gestão é antes de tudo uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira (CURY, 2007). Além do que, segundo Garcia (2008, p. 37):

O conceito de gestão associa-se ao fortalecimento da democratização do processo educacional e pedagógico; à participação responsável de todos nas discussões, decisões, efetivação das decisões, acompanhamento e avaliação; e dialogicidade, mediante compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos.

Partindo dessas concepções, convém ressaltar a importância da gestão escolar compartilhada para que o fim, que é o ensino, tenha um bom resultado. Afinal, uma escola em que todos participem direta ou indiretamente consegue alcançar com mais êxito seus objetivos.

Segundo Libâneo (2008), o meio fundamental para garantir que a gestão democrática da escola de fato aconteça é a participação efetiva, que possibilita o envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de tomada de decisões dentro da escola. Proporciona uma melhor percepção e entendimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua execução, das relações da escola com a comunidade, aproximando reciprocamente os professores, alunos, pais e comunidade.

A escola de tempo integral traz grandes mudanças à gestão escolar. Não se trata agora de apenas uma gestão (um responsável legal) para toda a escola e sim três sujeitos podem compartilhar responsabilidades legais. Cada um desenvolve suas funções específicas para, conjuntamente e com a comunidade escolar, conduzirem toda a escola.

Esse tipo de gestão compartilhada é dividido em: gestão geral, administrativo-financeiro e a pedagógica. Cada um deles possui independência nas suas funções. O gestor geral e administrativo-financeiro são responsáveis pelas atividades-meios da escola e o gestor pedagógico pelas atividades-fim, que é o processo de ensino aprendizagem do aluno. São atividades-meios:

[...] aquelas que, embora referindo-se ao processo ensino aprendizagem, não o fazem de maneira imediata, colocando-se, antes, como viabilizadoras ou precondições para a realização direta do processo pedagógico escolar que se dá predominantemente em sala de aula. Destacam-se, entre estas, as operações relativas à direção da escola, aos serviços de secretaria e às atividades complementares e de assistência ao escolar. (PARO, 2002, p. 72)

No Maranhão, a Educação Integral ainda é uma realidade incipiente, recente e desafiadora com a implantação de 11 (onze) escolas em 2016. Os gestores maranhenses de escolas de educação integral têm muitos desafios a superar. Um deles será o de ajudar a sua comunidade escolar a se adaptar e compreender essa proposta. Os pioneiros, nesta reforma educacional, já estão aprendendo práticas de compartilhar a gestão de uma escola, distribuindo suas inúmeras atividades entre as vertentes da: Gestão Geral, Administrativa-Financeira e Pedagógica, a partir de experiências construídas na escola, no exercício da função.

A novidade que nos chamou atenção, na escola campo de estágio, foi a organização de práticas de Gestão Administrativa-Financeira, uma vez que, a gestão geral e a coordenação pedagógica já são bem conhecidas nas escolas. Inquietou-se compreender os desafios de desmembrar algumas atribuições, antes concentradas na gestão geral.

É o que discutiremos na sessão seguinte dando mais ênfase à gestão que tem um papel preponderante na administração da instituição escolar, considerando a força dos financiamentos e recursos públicos na organização dos sistemas escolares e no alcance dos fins desejados.

3 | A GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INTEGRAL.

A gestão administrativa-financeira na escola de educação integral abrange toda a organização da instituição. É ela que irá responder por todo o patrimônio físico e financeiro; exigindo, ao gestor dessa área, um trabalho transparente e organizado no desenvolvimento de suas funções para que toda a escola tenha resultados satisfatórios quanto às condições necessárias na aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, a escola deve ser organizada de forma que atenda as demandas atribuídas a ela. De acordo com Luck (2000, p. 14)

Os sistemas educacionais, como um todo, e os estabelecimentos de ensino, como unidades sociais especiais, são organismos vivos e dinâmicos, fazendo parte de um contexto socioeconômico cultural marcado não só pela pluralidade, como pela controvérsia que vêm, também, a se manifestar na escola; portanto, com tais características devem ser também as escolas entendidas.

A partir de nossa vivência no campo de estágio, em escolas de tempo integral, observamos sistematicamente como acontece, na prática, esse tipo de gestão. Participamos de reunião de trabalho, realizada com 11 (onze) gestores administrativo-financeiros de centros de educação integral e 2 (dois) técnicos do PROEIN, e vimos o quanto esta dimensão da gestão é fundamental no fomento das práticas de gestão geral e pedagógica.

Este modelo, além da centralidade na gestão dos recursos incorpora certas atribuições tanto da gestão geral quanto pedagógica ao criar processos de rotina administrativa e pedagógica na organização da alimentação escolar, dos espaços

de repouso, da comunicação intra e extra escolar, da gestão de pessoas (efetivos e terceirizados), da gestão de contratos, dentre outros, observando seus benefícios, sobretudo, aos alunos.

Ressaltando ainda a responsabilidade principal de coordenar as diferentes áreas da escola, integrar os resultados gerados por todos e educar sua equipe pelo exemplo e trabalho; inspirando-se na continuidade do projeto escolar de forma autônoma, a gestão administrativa-financeira pode ser um instrumento importante na produção de autonomia da escola, cujo conceito, está relacionado com tendências mundiais de globalização e mudança de paradigma que têm repercussões significativas nas concepções de gestão educacional e nas ações dela decorrentes (LUCK, 2000).

Nesse contexto, a gestão administrativa/financeira se destaca em 3 níveis: **Gestão Estratégica** (PROEIN/Secretaria de educação), **Gestão Tática** (gestão administrativa-financeira) e **Gestão Operacional** (gestão geral, pedagógica, professores, serviços gerais, terceirizados...). Nesse tipo de organização escolar, é possível perceber que esta concentra grande parte da organização da escola, mediante a criação e monitoramento de processos de rotina, intervindo desde a parte burocrática até a operacional (DIÁRIO DE CAMPO, 2017).

Há uma diversidade de atividades atribuídas nessa gestão. A liderança é princípio norteador na criação dos processos de rotinas, com iniciativas que busquem melhorias e soluções aos impasses surgidos no cotidiano de uma escola de tempo integral.

A formação a troca de experiências, que acontecem por meio de reuniões, são de extrema importância na obtenção de conhecimentos para alcançar os objetivos com a criação de rotinas administrativas que incidem em organizar planilhas e registrar toda e qualquer ação realizada para um melhor controle, sobretudo, no que diz respeito às questões financeiras.

Enquanto atividade meio para atendimento da atividade fim, que é a gestão pedagógica, a administrativa-financeira, tem grande responsabilidade na realização um trabalho com comprometimento social na oferta de boas condições de trabalho aos docentes e na aprendizagem dos alunos.

Produzir novos modelos de cadastro de fornecedores, planilhas de custos e divulgá-las na comunidade escolar, como vimos, merece destaque como prática de transparência com a gestão dos recursos e bens públicos.

Neste sentido, foi possível identificar que a escola de tempo integral é contemplada com vários programas de financiamento como: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado em 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); a Agricultura Familiar, dentre outros. O PDDE, de acordo com a resolução nº 34, de 6 de setembro de 2013:

Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, para assegurar que essas realizem atividades de educação integral e funcionem nos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação (BRASIL, 2013).

O PDDE tem intencionalidade e critérios pré-definidos quanto ao cálculo ou repasse das verbas às escolas, para isso leva em consideração a localidade da escola, o número de alunos, modalidade de ensino. Este programa:

Destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais.

A transparência é requisito fundamental na administração do orçamento público. Esta é possível com atitudes responsáveis, éticas no controle, registro e comunicação dos valores recebidos e gastos. Ao apresentar planilhas contendo o controle bancário, gastos com alimentação, materiais de expediente, a gestão administrativa-financeira facilita e prepara-se para as futuras prestações de contas e auditorias. Mantém sob controle toda a situação patrimonial evitando, assim, transtornos como falta de material pedagógico, alimentação adequada para os alunos, desconforto com auditorias, dentre outros.

Para Moraes (1999, p. 28):

O princípio da eficiência é que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social.

Esse tipo de gestão, composta pelos processos administrativos e financeiros da instituição, anteriormente centralizado na gestão geral em apenas uma pessoa. Esta nova forma de organização escolar que chamamos de gestão compartilhada, descentraliza os processos, porém, não significa que trabalha numa concepção de gestão democrática e participativa. É importante não cair na armadilha de uma distribuição de tarefas isoladas e sem diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo.

Ao descentralizar a gestão escolar em três áreas, a escola tem a possibilidade de se desenvolver com mais eficiência Cury (2007), gerando uma melhor organização no sistema de educação. Nesse sentido Barroso, (1997) nos diz que:

É preciso reconhecer que a descentralização tem sido praticada tendo como pano de fundo não apenas essa perspectiva de democratização da sociedade, mas também a de promover melhor gestão de processos e recursos e, ainda, como condição de aliviar os organismos centrais que se tornam sobrecarregados

com o crescimento exponencial do sistema educativo e a complexidade das situações geradas, que inviabilizam o controle central.

Portanto, compreendemos que práticas de organização de escola de tempo integral, podem ser consideradas pioneiras com esta forma de descentralização de atividades, tendo a figura do gestor administrativo-financeiro como articulador do bom desempenho das outras formas de gestão: geral e pedagógica. Aprimorar esta dimensão, numa perspectiva de gestão participativa, pode produzir reflexões positivas como forma de melhorar os objetivos educacionais traçados no contexto das escolas públicas.

Diante do exposto, vale ressaltar que a Escola em Tempo Integral é um Projeto Coletivo dos Agentes Educativos, e vem se configurando como um trabalho estruturado e compartilhado (pode ser outro caminho de invenção de propostas pedagógicas mais democráticas) para atender o objetivo principal da escola que é estimular e garantir a aprendizagem de todos os alunos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo fez um recorte sobre práticas de gestão compartilhada (Geral, Administrativa-financeira e Pedagógica) na escola de tempo integral com foco nas ações da gestão administrativa/financeira.

A organização de uma instituição para alcançar os objetivos propostos na educação tem como princípio básico a busca por autonomia para construir uma relação democrática na comunidade escolar. Tanto que Mousquer, Pereira e Huber (1998) afirmam que a autonomia da escola é uma conquista contínua, sendo a preparação da escola e do indivíduo uma prerrogativa necessária na busca pela qualidade da educação.

A escola e o currículo devem ser locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer as habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamentos dos pressupostos do senso comum da vida social. Estes são propícios para o exercício da cidadania, uma prática tão importante na construção da identidade dos sujeitos escolares.

Uma escola que cumpre sua função sabe, conforme Cury (2007), que o direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação.

Percebemos que, mesmo se tratando de uma experiência recente para todos os sujeitos envolvidos, organizada em meio às contradições do sistema capitalista e exploração da pobreza, existe um empenho, entre os gestores/as, no sentido da concretude desta proposta na tentativa de oportunizar, aos alunos, formação

propedêutica com preparação dos jovens às exigências do mundo do trabalho.

Dessa forma, compreendemos que a distribuição de três vertentes de gestão não é suficiente para construção de práticas de gestão compartilhada/democrática. É preciso todo cuidado em processos de descentralização, que ainda possuem marcas isolacionistas, pois ambas as vertentes necessitam ter uma visão única do processo educacional, em termos de concepção e práticas de gestão.

REFERÊNCIAS

BARROSO, João. **Autonomia e gestão das escolas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação integral: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2009.

DOURADO, Luis Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALCÃO FILHO, José Leão Marinho. Gestão Compartilhada. In: **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Brasília: ANPAE. nº 2., jul./dez. 1992.

GARCIA, Jemima Barreira Cavalcante. Uma construção de gestão participativa no âmbito escolar. In: **Revista Gestão em Rede do CONSED**, Conselho Nacional de Secretários de Educação. Ed. 87, Brasília: Reproset – Indústria Gráfica, 2008.

LIBANEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. Ed. Goiânia: MF livros, 2008.

LÜCK, Heloísa. Gestão escolar e formação de gestores. **Em aberto**. Brasília. Vol.17, nº 72. Fev/Jun. 2000.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. Diretrizes Curriculares. 3. ed. São Luís: SEDUC, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Reforma Administrativa**: Emenda Constitucional nº 19/98. São Paulo: Atlas, 1999.

MOUSQUER, Maria Elizabete, PEREIRA, Sueli Menezes, HUBER, Fernanda. **Gestão escolar numa perspectiva democrática**. In: QUALIDADE e Gestão da Escola Básica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 37-66. (Cadernos Ceda, 4)

Paro, Vitor H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso ao ensino superior 148
Ações afirmativas 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165
Alimentação escolar 6, 141, 144, 145, 146, 147

B

BNCC 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 223, 226, 227, 228, 231, 233

C

Carreira 70, 79, 93, 113, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 153, 156, 182, 184, 185
Ciência 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 79, 82, 83, 85, 87, 111, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 168, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 214
Ciências humanas 24, 37, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 124, 206
Ciências naturais 43, 44, 50, 51, 164
Classe social 36, 37, 40, 56, 101
Conhecimento científico 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 68, 87, 93
Crise 40, 88, 89, 90, 155, 181, 182, 184, 186, 212, 238, 241
Crise docente 88, 89, 90
Currículo integrado 59, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179

D

Desconstrução 37, 39, 195, 197, 202
Direito 9, 47, 57, 80, 115, 125, 134, 135, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 159, 163, 166, 172, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 216
Direito à educação 9, 80, 115, 148, 149, 151
Docente 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 43, 70, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 118, 124, 133, 134, 140, 141, 157, 162, 164, 188, 189, 192, 194, 210, 219, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231
Documentos do IFPA 168

E

Educação infantil 24, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 159, 196, 201, 204, 205
Educação musical 98, 99, 100, 101, 102, 104, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 252
Educação profissional 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 115, 152, 169, 171, 176, 179, 210
Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas 77, 79
Educação superior 11, 17, 21, 78, 79, 80, 87, 95, 106, 147, 154, 159, 183, 186

EJA 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156

Enfermagem 16, 17, 18, 19, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 124

Ensino 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Ensino aprendizagem 5, 88, 110, 123

Ensino de arte 195, 205, 206, 216, 233

Ensino superior 11, 12, 14, 17, 18, 20, 35, 81, 90, 94, 96, 97, 113, 116, 120, 122, 124, 126, 148, 150, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 181, 182, 183, 185, 186, 194, 210, 212

Estágio supervisionado 23, 24, 27, 28, 30, 34, 35, 98, 99, 100, 101, 103, 210

Estereótipos 158, 184, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Expressividade 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 119

F

Formação acadêmica 81, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132

Formação continuada 33, 86, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 148, 155, 188, 189, 194

Formação de professores 11, 13, 20, 22, 27, 33, 51, 52, 98, 104, 114, 115, 116, 133, 140, 147, 148, 157, 158, 159, 160, 162, 165, 188, 205, 209, 211, 216, 226

Formação integral 4, 54, 60, 61, 62, 128, 176, 179, 216

Formação profissional 23, 58, 64, 70, 71, 72, 109, 112, 116, 123, 152, 156, 162, 172, 177

G

Gestão administrativa financeira 1

Gestão compartilhada 1, 5, 8, 9, 10

H

Hora-atividade 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

I

Identidade 9, 10, 20, 21, 22, 30, 31, 35, 36, 41, 94, 97, 112, 119, 131, 179, 181, 184, 185, 186, 222, 225, 228, 229, 232, 242

Integração curricular 54, 60, 61, 62, 176

M

Metodologias ativas de ensino 120, 188

O

Ontopsicologia 181, 182, 184, 185, 186, 187

P

Pedagogia universitária 11, 14, 20, 21, 115, 141, 194

Políticas públicas 61, 65, 70, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 94, 148, 150, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 209, 212, 242

Pós-modernidade 36

Professor 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 48, 49, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 134, 136, 147, 149, 160, 163, 166, 170, 182, 183, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 226, 228, 232, 236, 240, 246, 247, 250, 253

Projeto integrador 168, 169, 175, 176, 177

Promoção da saúde 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 147

Publicação científica 77, 81, 83

R

Regulamentações 141

T

Trabalho docente 11, 12, 18, 20, 21, 94, 112, 133, 140

U

Universidade 2, 11, 22, 24, 29, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 54, 64, 87, 88, 91, 96, 98, 103, 105, 107, 110, 112, 117, 119, 120, 124, 125, 133, 140, 141, 148, 153, 155, 157, 162, 167, 179, 183, 194, 195, 197, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 215, 223, 224, 239, 243, 253

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-666-9

